

TONIOL, Rodrigo; FLEISCHER, Soraya (orgs). *E quando a limonada antropológica azeda?* 1. ed. Porto Alegre: Zouk, 2023.

Valentina Calado Pompermaier¹
ORCID: 0000-0002-5348-6193.

E quando a limonada antropológica azeda? é uma coletânea organizada por Rodrigo Toniol e Soraya Fleischer, cujos 8 artigos propõem refletir sobre algo frequentemente invisibilizado nos trabalhos da antropologia: o que acontece quando nossos trabalhos de campo não dão certo? Esta publicação homenageia os 100 anos de *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* (1922), de Bronislaw Malinowski, remetendo ainda a outras obras do autor, como *Coral Gardens* (1935) e seus diários de campo (1967). O prefácio de Karina Kuschnir faz o brilhante trabalho de costurar todos os capítulos em uma mesma trama condutora: a necessidade de refletir criticamente sobre os múltiplos desafios que podem inviabilizar um trabalho de campo. Desafios estes que vão além dos imponderáveis da vida social e que transformam nossas expectativas e hipóteses. Quando isto acontece dizemos que a vida nos deu limões, e deles fizemos limonada. Nesta coletânea, contudo, a limonada azeda e, como afirma Sanabria no primeiro capítulo, somos obrigados a “bebê-la até a última gota, azeda como ela era.” (p. 38).

No primeiro capítulo, Guillermo Veja Sanabria nos apresenta sua trajetória de pesquisa acerca do negacionismo do HIV na África do Sul, durante o governo do presidente Thabo Mbeki. Em uma análise crítica sobre seu trabalho ali, o autor nos convida a refletir sobre a crença de que os antropólogos necessariamente estarão de acordo com as perspectivas e posicionamentos de seus interlocutores, crença esta que desconsidera o trabalho feito em contextos de conflitos. Ao investigar o negacionismo sobre o HIV, Sanabria procurou dialogar com ambos os lados do conflito, mas foi impedido de acessar qualquer grupo, seja porque exigiam seu engajamento, seja porque não confiavam em sua pessoa. Concluindo, o autor nos apresenta ainda a “premissa do final feliz ou da pesquisa sempre bem-sucedida”. Para ele, essa premissa considera que o antropólogo irá necessariamente produzir um estudo que atenda à todas as expectativas das premissas anteriores. Para Sanabria, no entanto, sua pesquisa esteve muito longe de alcançar esse ideal.

¹ Doutoranda em Antropologia Social na Universidade de Brasília (PPGAS/UnB). Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (PPGAS/UnB). Bacharel em Antropologia pela Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Email: valentina.calado@gmail.com.

Na sequência, conhecemos o trabalho de Natânia Lopes. Para apresentar o contexto a autora faz uso de um recurso narrativo: a criação de uma personagem conceitual e ficcional chamada Giovana, que reúne características pessoais suas, mas também de outras, referidas pela autora como “transpessoais”. Do ponto de vista de Giovana, acompanhamos sua experiência de conduzir uma pesquisa de doutorado sobre a prostituição de luxo, ao mesmo tempo em que atuava ela própria enquanto prostituta. Giovana teria sido contemplada com um doutorado sanduíche na França, mas é impedida de dar continuidade pois o professor orientador da universidade francesa, ao descobrir sua atuação como prostituta, se recusa a lhe orientar. Para Lopes, o contexto em questão deve ser compreendido simultaneamente enquanto uma questão moral e metodológica, na qual diferentes posições de poder influenciam os caminhos do “como fazer” da pesquisa, e acabaram por ditar os rumos da pesquisa em questão.

O capítulo 3 é narrado por Clarice Cohn. Tendo atuado junto ao povo indígena Xikrin do Bacajá desde 1992, Cohn viu-se na difícil posição de ter que integrar a equipe dos Estudos de Impacto Ambiental no processo de licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Como a própria antropóloga antecipava, muitas coisas deram errado no processo. A tarefa de mediar interesses e expectativas entre o empreendimento, agências do Estado e os Xikrin resultou num desgaste na relação entre a antropóloga e o povo indígena. Embora sua atuação tenha garantido que o estudo reconhecesse que os Xikrin e seu território seriam diretamente impactados, grande parte dos indígenas ainda assim a responsabilizou pelos resultados do empreendimento e por todos os problemas do processo. A autora reflete sobre como sua relação com este povo passou do “aparentamento”, visto que ela era entendida como uma figura de confiança para este povo, à “inimizade”, pois sua atuação gerou repercussões negativas, quase impossibilitando a continuidade de seus trabalhos junto a eles.

Ainda no contexto indigenista, acompanhamos a experiência de Tadeu Lopes Machado, que se aproximou do povo indígena Palikur, enquanto atuava como docente na Universidade Federal do Amapá (Unifap). Machado enfrentou um longo processo de idas e vindas junto às lideranças indígenas, de forma que, em vez de iniciar o campo em 2018, o antropólogo só foi autorizado a iniciar seus estudos em fevereiro de 2020, sendo subitamente interrompido pela pandemia da COVID-19. O autor especula que sua atuação enquanto professor, em vez de ter facilitado sua inserção junto ao povo indígena, muito provavelmente criou empecilhos, pois à época Unifap se opunha à demanda em criar processos seletivos diferenciados para os indígenas. Além disso, a hierarquia entre as lideranças indígenas e o fluxo das aprovações não lhe estava clara num primeiro momento, gerando desconfortos e desconfianças. Para Machado,

muito além do trabalho da etnografia em si, as tensões e articulações que permeiam o momento de bastidores e de negociações para a pesquisa devem também receber atenção do antropólogo.

O capítulo de autoria de Tiago Hyra Rodrigues nos desloca do campo indigenista para pensarmos a violência em contexto urbano. Em sua trajetória, Rodrigues buscou investigar essa temática em diversos espaços, e em praticamente todos eles, o autor vivenciou dificuldades em estabelecer contatos, pois as pessoas repetidas vezes recusavam conceder-lhe entrevistas. Todas essas experiências levaram o autor a questionar sua própria qualidade enquanto pesquisador e mesmo sua apresentação física (o próprio se descreve como um “cabeludo”). Contudo, como o próprio acaba por concluir, não parece que suas dificuldades em campo se remetam a uma inaptidão do etnógrafo. As recusas em participação na pesquisa têm muito mais a ver com 1) a própria temática escolhida, visto que muitas pessoas preferiam não reviver a experiência da violência através do relato; 2) por medo de retaliação e perseguição; 3) por desconfiança em relação ao trabalho do pesquisador.

Ainda na temática da violência, o capítulo de autoria de Stephania Klusza e Jaqueline Ferreira remete à experiência da primeira autora em sua pesquisa acerca da violência obstétrica. Klusza dedicava-se a este estudo desde 2012. Durante seu doutorado a autora vinha conduzindo entrevistas junto a mulheres que vivenciaram situações de violência antes, durante ou após o parto. Cabe notar que a própria antropóloga estava grávida pela segunda vez enquanto realizava seu estudo. Embora a autora acreditasse que sua ampla experiência com o tema da violência obstétrica, por mais “pesado” que fosse, não implicaria um desconforto pessoal. Isso provou-se um equívoco após ter contato com a experiência específica de uma entrevistada. Desde então, Klusza sentiu-se profundamente afetada com o sofrimento da interlocutora, e viu-se obrigada a alterar os rumos de sua pesquisa.

O penúltimo capítulo é de Raquel Littério de Bastos e Pedro Paulo Gomes Pereira. Nele, acompanhamos Bastos em sua etnografia sobre a antroposofia na Suíça em 2014. Ela é recebida na casa de Madame Elisabeth, famosa personalidade no contexto da antroposofia. A vivência ali inicia-se como uma oportunidade entusiasmante, que aos poucos ganha o contorno de uma relação desagradável: o trabalho de desenvolvimento pessoal no âmbito da antroposofia requer dedicação aos serviços de manutenção do espaço, atenção à alimentação e o aprimoramento intelectual. Bastos narra suas dificuldades em atender às expectativas de sua anfitriã, o que lhe coloca em um estado de adoecimento. Em uma reflexão posterior, Bastos reavalia seus conflitos com sua principal interlocutora, reconhecendo suas próprias “falhas” e preconceitos”, e os de sua anfitriã.

O último capítulo é de autoria de José Miguel Nieto Olivar. Seu ponto de partida são seus trabalhos junto às mulheres indígenas do Rio Negro, no Amazonas, perpassando questões

como o comércio sexual, o tráfico de crianças e adolescentes, que o levou a entrevistar muitas mulheres, especialmente lideranças, e atores da assistência social e dos conselhos tutelares locais. Conforme narrado pelo autor, seus trabalhos de campo correspondem a vários períodos de 4 meses, 6 meses e algumas semanas. Durante seu campo em 2016, o autor chega à conclusão de que atingira uma espécie de limite. Se quisesse adentrar mais profundamente nas temáticas que investigava, precisaria investir em um trabalho de campo de longa duração. Contudo, esse trabalho representava um grande investimento, e o autor reflete sobre que sentidos teriam investimentos dessa magnitude. Neste mesmo período, o autor se torna pai. Diante de tudo isso, Olivar opta por recuar e não embarcar nessa longa jornada etnográfica, investindo em trabalhos de outras naturezas junto a seus interlocutores.

Desta coletânea, com histórias tão diversas e particulares, mas ao mesmo tempo tão familiares ao leitor-antropólogo, algumas considerações são possíveis. De fato, como apontam os organizadores, não se trata de um “manual sobre como evitar fracassos”. Longe disso, ao expor tão corajosamente suas experiências”, os autores destacam como esses desafios colocaram em xeque não somente o andamento de suas pesquisas ou os resultados destas, mas também a autoestima e a confiança dos pesquisadores.

Tais desafios são das mais diferentes naturezas: desde a dificuldade de negociar a entrada em campo (como nos mostram Sanabria, Machado e Rodrigues), as recusas de interlocutores e de agentes institucionais diante da aparência ou atuação do pesquisador (como no caso de Rodrigues e de Lopes), as desconfianças geradas no relacionamento com os interlocutores (como descrevem Cohn e Machado), ou mesmo os impactos na dimensão da vida pessoal dos pesquisadores, que se veem impedidos de dar continuidade ao trabalho seja pela forma como o campo ressoa em suas experiências (como em Klujska e Ferreira), seja por experiências de adoecimento (como em Bastos e Pereira), seja por questionarem o sentido de avançar na pesquisa (como em Olivar).

Os antropólogos que já experimentaram situações semelhantes – tendo ou não encontrado uma solução adequada – certamente encontrarão conforto em finalmente verem narradas experiências de ser “malsucedido” – e tendo a crer que somos muitos os que compartilhamos desse sentimento. É preciso, no entanto, destacar que essas mesmas situações de “fracassos” permitiram a estes autores experimentar reflexões teóricas potentes, que talvez jamais existissem não fosse pelo espaço criado na chamada desta coletânea. Refletir sobre campos frustrados e sobre pesquisas que não se concretizaram na forma esperada permite dar vazão ao sofrimento acadêmico e a profícuas proposições teóricas, que talvez permitam tornar essa limonada miniramente palatável, mesmo que nunca plenamente saborosa.

TONIOL, Rodrigo; FLEISCHER, Soraya (orgs). E quando a limonada antropológica azeda? 1. ed. Porto Alegre: Zouk, 2023.

Recebido em 24/06/2024
Aprovado em 27/06/2024
Publicado em 16/08/2024